

PROJETO EDUCATIVO

2015-2018



uma opção de referência para o sucesso dos jovens



Índice

Introdução	3
1. Linhas orientadoras do Projeto Educativo	5
2. Visão	6
3. Missão	7
4. O Agrupamento	7
4.1 Contexto	7
4.2 Localização geográfica	8
4.3 Escolas do Agrupamento D. Dinis, Santo Tirso	11
4.3.1 Escola Básica e Secundária D. Dinis (escola sede)	11
4.3.2 Escola Básica da Agrela e Vale do Leça	14
4.3.3 Escola Básica de Arcozelo – Água Longa	15
4.3.4 Escola Básica de Campinhos – Agrela	16
4.3.5 Escola Básica de Cantim – Reguenga	16
4.3.6 Escola Básica de S. José de Refojos	17
4.3.7 Escola Básica de Parada – Carreira	17
4.3.8 Escola Básica de Igreja – Guimarei	18
4.4 Organograma	19
4.5 Caracterização da comunidade escolar	20
4.5.1 Alunos	21
4.5.2 Pessoal docente	22
4.5.3 Pessoal não docente	23
5. Objetivos do Projeto Educativo	24
5.1 Objetivos gerais/estratégicos/Planos de ação	25
5.2 Objetivos estratégicos/Referências/Indicadores/Meios de verificação	31
6. Educação Sexual	43
7. Constituição de turmas	43
8. Implementação, divulgação e avaliação do Projeto Educativo	43
9. Bibliografia	46
10. Legenda	47

Introdução

Tal como expresso no artigo 9º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, o Projeto Educativo é “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”.

No seguimento desta ideia, é considerado um instrumento de autonomia, operacionalizado, a curto e a médio prazo, pelo Regulamento Interno, pelo Plano Anual de Atividades/Plano de Atividades da Turma e pelo Orçamento do Agrupamento.

Pretende-se com este projeto, enquanto documento estruturante, e no que respeita ao planeamento estratégico e organizacional do Agrupamento, fazer transparecer uma visão global e coletiva do *Agrupamento de Escolas D. Dinis*, Santo Tirso, partilhada por todos os seus intervenientes: alunos, pessoal docente e não docente, pais e encarregados de educação, autoridades reguladoras e comunidade local.

Funcionando como matriz do Agrupamento, teve como ponto de partida três grandes domínios para a sua atuação: construção de uma comunidade educativa forte enquanto espaço de intervenção pedagógica; avaliação dos resultados, visando a excelência académica e a criação de uma cultura de sucesso pessoal e escolar.

Tendo consciência de que uma organização educativa precisa de “atingir um nível de correspondência entre o que pode oferecer e o que o mundo necessita” (Williams, 2009:18), foram definidos uma série de objetivos estratégicos representativos dos domínios referidos, para dar resposta às questões prioritárias a tratar.

Na sua definição, foi tido em consideração o contexto real. A sua prossecução tem inerente a eficiência, a eficácia, a prosperidade e a sustentabilidade deste Agrupamento de escolas. A partir destes objetivos, serão delineados os critérios segundo os quais serão mobilizados os seus recursos.

Com o Projeto Educativo – ***AEDD, uma opção de referência para o sucesso dos jovens*** – pretende-se criar a identidade do Agrupamento, assumindo uma perspetiva confiante em relação ao futuro desta organização.

O *Agrupamento de Escolas D. Dinis*, Santo Tirso, herdou do extinto *Agrupamento de Escolas D’ Agrela e Vale do Leça* e da *Escola Secundária D. Dinis* uma cultura escolar inclusiva e práticas de sucesso reconhecidas na comunidade. Acredita-se na envolvimento e no

comprometimento de todos os intervenientes para consolidar esse reconhecimento social pela polivalência cultural, partilha do conhecimento e qualidade educativa e respetivo reflexo, tanto nos diversos percursos formativos oferecidos como nos múltiplos projetos de vida dos alunos deste Agrupamento de escolas.

1. Linhas orientadoras do Projeto Educativo

A escola não pode viver desfasada dos profundos movimentos de mudança que caracterizam a sociedade atual que se assume, cada vez mais, como mutante e plural. Esta nova realidade social condiciona desde a maneira como gerimos o nosso trabalho, passando pela forma como nos relacionamos até ao modo como aprendemos e percecionamos o mundo que nos rodeia. Face a esta diversidade e heterogeneidade, a escola assume diariamente novas responsabilidades sociais e enfrenta grandes desafios aos quais não é fácil dar resposta, daí a importância do envolvimento de todos que pertencem ao Agrupamento D. Dinis para que a conceção do seu Projeto Educativo seja, realmente, de todos.

Este documento assume-se como aglutinador dos múltiplos contributos/reflexões/esforços de todos os intervenientes, impulsionador de um trabalho reflexivo e colaborativo e promotor de uma visão partilhada acerca do caminho que é necessário trilhar para aperfeiçoar o que já foi feito, melhorar as dinâmicas pedagógicas existentes e aspirar à excelência e qualidade educativa.

O aluno é inegavelmente o núcleo de todo o trabalho desenvolvido na escola. Esta existe, cresce, adapta-se e muda de acordo com as características, realidades, ambições, sonhos e necessidades dos seus alunos. Consequentemente, a escola não se pode limitar a apostar nas múltiplas variantes do saber académico, seja ele científico, linguístico, artístico, cultural, tecnológico, ecológico ou outro, mas deve, também, apostar na formação de cidadãos providos de valores ancorados na democracia e no humanismo, tais como a liberdade, a solidariedade, a partilha, a tolerância, a responsabilidade, o espírito crítico, a autonomia, o respeito pela diferença e o rigor. Todo o trabalho desenvolvido na escola tem um impacto e reflete-se, inevitavelmente, nos cidadãos adultos interventivos, criativos e cívicos que os alunos irão ser.

Como documento identitário, o Projeto Educativo de Escola assenta não só em dimensões que determinam a praxis docente, mas também na ação e no trabalho de todos os que constituem a comunidade educativa. Neste âmbito, lança linhas estruturantes e orientações coerentes de modo a operar conjuntamente e projetar a escola no futuro, conferindo-lhe coesão, quer através da definição da sua missão educativa, quer através da clarificação das metas da escola dentro do quadro da sua autonomia pedagógica, curricular e administrativa e das suas idiossincrasias socioculturais. Deste modo, constitui igualmente um guia orientador para o desempenho de uma pedagogia de sucesso educativo que possibilita preparar os alunos para saber responder positivamente às exigências de um mundo altamente competitivo.

O Projeto Educativo do Agrupamento D. Dinis, Santo Tirso, procura traduzir e respeitar a realidade escolar, tal como ela é sentida, vivenciada, perspectivada e apropriada, individual e coletivamente, por todos os agentes da comunidade educativa e assenta numa perspetiva holística e humanista de Escola que visa, tanto o sucesso académico do aluno, como o seu desenvolvimento integral e harmonioso.

A abertura às novas dinâmicas sociais e aos novos desafios dentro e fora da escola; a criação de espaços propícios ao processo de ensino aprendizagem; a promoção de um ambiente de trabalho sustido em disciplina, rigor, exigência; a aplicação de metodologias ativas e experimentais; a valorização do mérito individual e coletivo; a adequação da prática letiva aos ritmos de aprendizagens; a exercitação da interdisciplinaridade; a articulação e operacionalização de aprendizagens significativas; a dinamização de aprendizagens pela descoberta; a reflexão sobre os binómios tradição/ inovação e passado/ presente e o desenvolvimento de projetos locais, nacionais e internacionais ligados, entre outras, às áreas da saúde, da ecologia, da literatura, da ciência, da cidadania, são alguns dos aspetos primordiais em que se deve investir para garantir a consolidação dos alicerces educativos e do futuro do Agrupamento D. Dinis, enquanto entidade educativa de referência e instituição aberta à riqueza e polivalência cultural, ao(s) saber(es), ao conhecimento e à qualidade educativa.

2. Visão

A visão reflete o sonho da organização e constitui uma meta ambiciosa para o futuro. Serve como guia para a definição de objetivos e orienta as suas opções de investimento, de desenvolvimento, de trabalho e de estratégias para alcançar o sucesso.

É importante que seja uma visão partilhada, que represente um sentimento coletivo, unindo todos aqueles que trabalham para um mesmo fim dentro da organização.

O Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, deverá continuar a desenvolver nos seus alunos o conhecimento, prosseguindo um trabalho científico e pedagogicamente contínuo para que estes atinjam o sucesso, tendo subjacente o conceito de que *“Querer é poder!”* e de que o poder tem implícito um ato, logo, o *“Querer, faz acontecer!”*. Na sequência desta ideia, a visão enuncia-se da seguinte forma:

Ser, no setor da Educação, uma opção de referência para o sucesso dos jovens.

3. Missão

O Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, **terá por missão formar cidadãos cientificamente bem preparados, informados e criativos, capazes de pensar e agir de forma autónoma, recetivos à inovação e preparados para a mudança, respeitadores de estilos de vida saudável e exigentes na sua conduta ética e no seu desempenho profissional.**

O sucesso educativo é a demanda superior desta instituição alicerçada na qualidade, no rigor, na disciplina e na exigência do ensino aqui prestado, integrando o saber, o saber ser e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e aquela que advém da vivência quotidiana.

A formação de cidadãos/alunos conscientes e empenhados nas opções que tomam quanto ao seu percurso escolar, quer no sentido do prosseguimento de estudos, quer no sentido da opção profissionalizante, enraíza-se numa segura transmissão de valores, onde se encontram contemplados a liberdade, solidariedade, partilha, tolerância, harmonia, iniciativa, responsabilidade e excelência.

Finalmente, apoiado na tradição e na experiência, mas orientado para o futuro, o Agrupamento assume-se como parceiro privilegiado das instituições regionais de índole social e cultural, nomeadamente da Autarquia, do tecido empresarial da Área Metropolitana do Porto, da Associação Industrial e Comercial de Santo Tirso e das organizações de outros concelhos com quem trabalha para a prossecução dos seus objetivos.

4. O Agrupamento

4.1 Contexto

O Agrupamento de Escolas D. Dinis foi constituído em 24 de abril de 2013, resultante da agregação da Escola Secundária de D. Dinis com o Agrupamento de Escolas D' Agrela e Vale do Leça, do Concelho de Santo Tirso.

De acordo com os últimos Censos (INE, 2011), Santo Tirso tem uma população residente constituída por 71 530 habitantes, constatando-se, segundo os dados dos censos de 2001 e 2011, uma diminuição do número de habitantes (-1,2%).

O maior número de habitantes concentra-se na união de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina, São Miguel) e Burgães e na freguesia das Aves (localidades com mais de 5 000 habitantes, em 2011). A união de freguesias de Lamelas e Guimarei e a das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave têm um reduzido número populacional. Santo Tirso

apresenta uma densidade populacional de 1407 hab./km², Guimarei, Refojos, Água Longa, Lamelas e Agrela apresentam 92; 148; 172; 209; 227 hab./km², respetivamente.

A evolução demográfica verificada no espaço intercensitário 2001 a 2011 demonstra uma significativa diminuição demográfica no concelho de Santo Tirso, nomeadamente na localidade de Refojos de Riba de Ave (-13,02%) que sofreu uma significativa perda de população. Carreira (13,03%), por sua vez, apresenta um maior crescimento populacional.

De acordo com os últimos censos (2011), o Concelho de Santo Tirso apresenta os seguintes níveis de escolaridade: o 1º ciclo do ensino básico é o mais representativo (39%), seguido do 2º ciclo (20%), do 3º ciclo (19%), do ensino secundário (13%), do ensino pós secundário (1%) e do ensino superior (9%).

A grande maioria da população desempregada tem apenas o ensino básico (75,51%), seguindo-se o ensino secundário (14,27%). De realçar, ainda, que 8,01% tem o ensino superior e que apenas 1,3% dos desempregados não têm nenhum nível de escolaridade.

No que se refere à caracterização da população por idade, verifica-se que, em Santo Tirso, a maior fatia da população tem entre 25 e 64 anos (57,54%). Considerando a evolução da população residente por grupos etários nas diferentes freguesias, constata-se que, em todas elas, aumentou, por um lado, a população com mais de 65 anos e, por outro, diminuiu a população dos 15 aos 24 anos. Por último, a população dos 0 aos 14 anos sofreu uma redução em praticamente todas as freguesias.

À data dos últimos censos no Concelho de Santo Tirso, a taxa de atividade era de 50,03% e a taxa de desemprego era de 17,37 %. Relativamente à população empregada por setor de atividade económica, verifica-se que o setor secundário é o preponderante, englobando 49% da população de trabalhadores e evidenciando ainda o peso da tradição da indústria. Quanto ao setor terciário, a distribuição dos indivíduos empregados tem vindo a aumentar, ao contrário do setor primário que reúne apenas 1% da população empregada.

4.2 Localização geográfica

O Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, localiza-se no norte do país, no Concelho de Santo Tirso e pertence ao distrito do Porto, integrando a Área Metropolitana do Porto (AMP) – NUT III – Norte do Douro. As escolas básicas localizam-se no Vale do Leça e a escola sede (Escola Básica e Secundária D. Dinis) localiza-se no Vale do Ave.

O Concelho de Santo Tirso é, territorialmente, delimitado, a Norte, pelos Concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a Nordeste, por Vizela e Lousada, a Este por Paços de

Ferreira, a Sul, pelo Concelho de Valongo e a Oeste pelos Concelhos da Trofa e Maia. O perfil montanhoso e a densa vegetação fazem do Concelho de Santo Tirso um local de grande beleza paisagística.

Os vestígios arqueológicos encontrados no concelho permitem concluir que estas terras são habitadas desde a Pré-História. Os instrumentos de pedra polida encontrados no Monte de Nossa Senhora da Assunção constituem o testemunho mais antigo da ocupação deste território pelo homem. Os castros do Monte Padrão e o de Santa Margarida são magníficos exemplos de povoados fortificados, posteriormente, romanizados.

Da gastronomia típica da região fazem parte alguns dos mais característicos pratos do panteão gastronómico do Douro Litoral e Minho, como o bacalhau, o cabrito assado, os rojões e o cozido à portuguesa. Na doçaria, destacam-se os jesuítas e os limonetes, nacionalmente conhecidos, cujas receitas nasceram no concelho e, a nível da tradição conventual, as bolachas do Mosteiro de Santa Escolástica (Roriz)

Na produção vinícola local, o vinho verde domina a região, tendo, algumas das quintas produtoras, alcançado vários prémios e distinções de renome. No Mosteiro de Singeverga, é produzido o conhecido licor dos beneditinos, o licor de Singeverga.

Na sede do Concelho, a cidade de Santo Tirso, destacam-se os seguintes lugares de interesse: Parque D. Maria II (outrora denominado *Campo Novo* ou *Parque Conde S. Bento*), jardins da Praça do Município, a capelinha da Sr^a da Piedade, Parque dos Carvalhais, Praça Camilo Castelo Branco, o Museu Internacional de Escultura Contemporânea ao Ar Livre e, ainda, o Mosteiro de São Bento. A paisagem envolvente estende-se desde o Vale do Ave até ao Santuário de Nossa Senhora da Assunção.

As Termas das Caldas da Saúde, por sua vez, proporcionam conforto e qualidade, sendo indicadas para o tratamento de doenças de pele, reumatismo e problemas do aparelho respiratório.

Durante os últimos anos, foi realizado um forte investimento nas acessibilidades, havendo, na atualidade, uma rede viária de estrutura radial, distribuída a partir da cidade de Santo Tirso para a periferia, com ligação à rede metropolitana do Porto (autoestradas A3 e A41) e ferroviária (linha do Minho).

O Concelho de Santo Tirso, atravessado pelo rio Ave e pelo rio Leça, é atualmente constituído por 14 freguesias, estando a sede do Agrupamento situada na união de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina, São Miguel) e Burgães [cf. *fig. 1*].

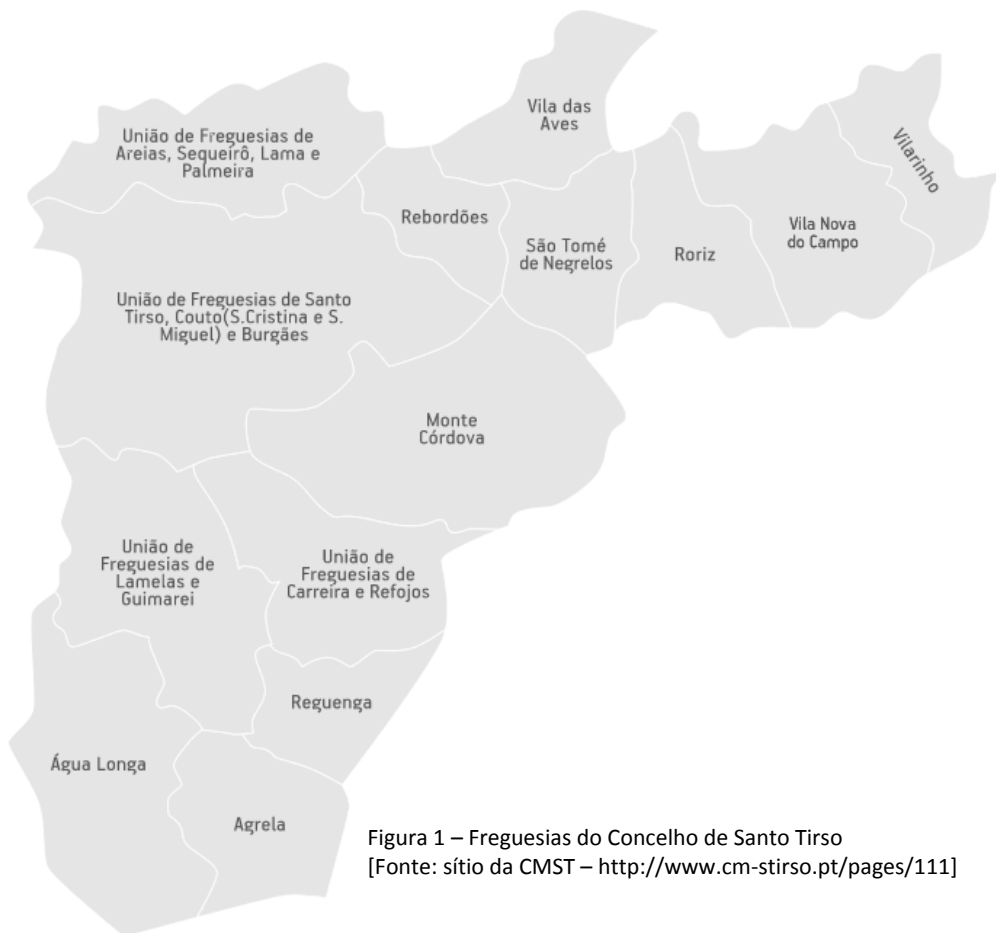


Figura 1 – Freguesias do Concelho de Santo Tirso
[Fonte: sítio da CMST – <http://www.cm-stirso.pt/pages/111>]

As escolas que integram o Agrupamento situam-se nas seguintes freguesias, localizadas na parte sul do Concelho de Santo Tirso: união de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina, São Miguel), união de freguesias de Lamelas e Guimarei, união de freguesias de Carreira e Refojos, Reguenga, Agrela e Água Longa.

A indústria existente nas freguesias que compõem o Agrupamento reparte-se por vários setores como a indústria têxtil, de plásticos e de madeiras, confeções de tipo familiar e empresas de construção civil.

À exceção da freguesia onde se situa a escola sede, o comércio está pouco desenvolvido, destacando-se, no entanto, nas restantes freguesias, a existência de mercearias que vendem bens de primeira necessidade, cafés e alguns restaurantes.

Nas diversas freguesias, existem associações desportivas e culturais que incluem, entre outros, grupos corais, grupos de escuteiros, ranchos folclóricos, bem como alguns clubes de caçadores e de pesca.

O município de Santo Tirso tem vindo, ao longo dos anos, a se assumir como uma das referências culturais do norte do país. Eventos como: a realização anual da iniciativa de divulgação de poetas regionais e nacionais - *A Poesia está na Rua/A Poesia Livre*, que transformou o Concelho num sarau vivo de declamação de poesia; o *Simpósio Bienal Internacional de Escultura*, integrado no Museu Internacional de Escultura Contemporânea, e o *Festival Internacional de Guitarra Clássica*, contribuem significativamente para a afirmação e reconhecimento a nível cultural de Santo Tirso e do Agrupamento de Escolas D. Dinis, que

nelas colabora ativamente, pois colocam-nos no roteiro nacional e mundial de um tipo de turismo cultural emergente e de imenso potencial, com ligações particulares ao mundo da literatura, da arte e da música.

4.3 Escolas do Agrupamento D. Dinis, Santo Tirso

O Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, inicialmente constituído por nove estabelecimentos de ensino (a Escola Básica de Sobrecampos, localizada na freguesia de Lamelas, foi encerrada no final do ano letivo de 2013/2014), é atualmente constituído por oito estabelecimentos:

- Escola Básica e Secundária D. Dinis (escola sede);
- Escola Básica da Agrela e Vale do Leça (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico);
- Escola Básica de Arcozelo, Água Longa – com II e 1º Ciclo (Centro Escolar);
- Escola Básica de Campinhos, Agrela – com II e 1º Ciclo;
- Escola Básica de Cantim, Reguenga – com II e 1º Ciclo;
- Escola Básica de S. José, Refojos – com II e 1º Ciclo;
- Escola Básica de Parada, Carreira – com II e 1º Ciclo;
- Escola Básica de Igreja, Guimarei – com II e 1º Ciclo.

A Direção funciona na escola sede, tendo cada uma das outras escolas um coordenador de estabelecimento, nos termos da legislação em vigor. Na Escola Básica de Agrela e Vale do Leça, sede do extinto *Agrupamento de Escolas D' Agrela e Vale do Leça*, para além da coordenadora, estão presentes, quase diariamente, elementos da equipa da Direção.

Os serviços de administração escolar estão centralizados na Escola Básica e Secundária D. Dinis, mantendo-se, na Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, um polo dos serviços de administração escolar, para facilitar o acesso e o atendimento aos membros da comunidade educativa residentes naquela área/zona.

4.3.1 Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso (escola sede)



A história da Escola Básica e Secundária de D. Dinis encontra-se ligada ao percurso do ensino liceal/secundário do Concelho de Santo Tirso. Com a publicação do Decreto nº 20742, em 11 de janeiro de 1932, no Diário do Governo, é instalado na Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, o Liceu Municipal Agrícola, com o ensino das três primeiras classes liceais. Após quatro anos de coabitação, o Decreto nº 25817, publicado em 4 de setembro de 1935, separou o Liceu da Escola Prática de Agricultura, delegando na Câmara Municipal a competência de fornecer um edifício apropriado para o seu funcionamento.

Em abril de 1936, o Liceu Municipal de D. Dinis ocupou um edifício em granito, no centro de Santo Tirso, com acesso pela Rua Zulmira Azevedo, atualmente localizado em frente ao Centro Comercial dos Carvalhais. Com o objetivo de proporcionar um espaço mais vasto e com melhores condições à prossecução das finalidades do ensino liceal, a 19 de março de 1939, o Liceu instalou-se no edifício destinado ao hospital, construído pelo Conde de S. Bento, sito no Parque D. Maria II (designação atual).

O Decreto nº 39700, publicado no Diário do Governo, em 18 de junho de 1954, criou a Escola Industrial e Comercial de Santo Tirso. O ano letivo de 1954-1955 é o último ano do Liceu Municipal de D. Dinis e o primeiro da Escola Industrial e Comercial. Ambas as instituições, com um total de 93 alunos, tinham a mesma direção e repartiam entre si as mesmas instalações.

Em outubro de 1968, foi instalada a Secção Liceal de Santo Tirso, anexa ao Liceu Nacional de Alexandre Herculano do Porto. O edifício que, entre 1939-1955, albergara o Liceu Municipal de D. Dinis voltou a funcionar com o ensino liceal. Nos anos subsequentes, são criados os 2º e 3º ciclos e, em 1971, a Secção Liceal de Santo Tirso passou a Liceu Nacional de Santo Tirso, possibilitando aos jovens um percurso escolar que iniciava e terminava na sua terra.

Após o 25 de abril de 1974, professores, alunos e funcionários solicitaram à Junta de Salvação Nacional a entrega, ao Liceu, do edifício da extinta Mocidade Portuguesa Feminina, localizado na Rua Dr. António Carneiro Pacheco, em Santo Tirso, com o intuito de dar resposta ao aumento do número de alunos.

No ano de 1976-1977, começaram a funcionar os cursos noturnos do 1º ano do Curso Geral e do 1º ano do Curso Complementar. Confrontados com a afluência dos alunos e com o objetivo de serem encontradas soluções para o problema da exiguidade de espaços, reuniram a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, a Comissão Instaladora da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Liceu Nacional de Santo Tirso, os dirigentes dos estabelecimentos de ensino oficial e particular do concelho, bem como os representantes dos pais dos alunos das escolas básicas e secundárias nele sediadas. Nesta reunião, foi reivindicada a construção de três escolas secundárias: uma, em Santo Tirso; outra, na Trofa; outra, em Vila

das Aves. Em 1979, a Direção Geral das Construções Escolares escolhe a Quinta de Geão para a construção do novo edifício do ensino liceal de Santo Tirso.

Com a publicação do Despacho nº 100/79, de 14 de setembro, e com a unificação do ensino, a designação de Liceu Nacional de Santo Tirso é alterada para Escola Secundária Nº 2 de Santo Tirso, a partir de dezembro de 1979. A Portaria nº 261/87, de 2 de abril, estabeleceu que a Escola Secundária Nº 2 de Santo Tirso passasse a designar-se Escola Secundária de D. Dinis, Santo Tirso.

A inauguração das novas instalações da então Escola Secundária Nº 2 de Santo Tirso ocorreu a 14 de outubro de 1983. Por ocasião da comemoração dos 70 anos desta instituição e, em reconhecimento do seu contributo no campo social, cultural e educacional, a Câmara Municipal de Santo Tirso atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Municipal, em 25 de Abril de 2005.

A partir de 2006-2007, a oferta educativa, para além do ensino regular, passou a contemplar Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação, criados, respetivamente, pela Portaria nº 550C/2004, de 21 de maio, e pelo Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de julho.

Pelo Despacho nº 19088/2009, de 18 de agosto, do Ministério da Educação, a Escola Secundária de D. Dinis é incluída na fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário pela empresa Parque Escolar.

As obras de modernização estiveram interrompidas durante vários anos, sendo retomadas após a agregação das escolas e a criação do Agrupamento de Escolas D. Dinis, por força da publicação do Concurso Urgente nº 12/2015, Diário da República, II Série, de 19 de janeiro.

Com o projeto de modernização, a tipologia da escola foi profundamente alterada, já que a intervenção levada a cabo consistiu em requalificar a construção existente e criar três novos corpos, garantindo a satisfação das atuais exigências de conforto, segurança e acessibilidade. Os espaços exteriores da escola foram remodelados, preservando, no entanto, os muitos espaços verdes que são uma das referências desta escola.

De entre as inúmeras valências que a escola passou a disponibilizar, destacam-se a biblioteca, integrada na RBE, o auditório, a cantina e a cozinha pedagógica. A escola passa igualmente a usufruir dos seguintes espaços: cinco salas de artes; quatro salas de informática; sete laboratórios; o espaço polivalente; o pavilhão desportivo; a sala de ginástica; cerca de trinta e seis salas de aulas; uma sala multimédia; uma sala de música; uma sala para a educação especial; vários gabinetes; uma sala de trabalho para os diretores de turma; uma sala de atendimento aos encarregados de educação; um gabinete para o Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional; uma sala de estudo; a sala de trabalho para os professores dos vários departamentos; um gabinete para a associação de pais e encarregados de educação e um para a

associação de estudantes, bufetes para alunos e professores; a loja escolar; o gabinete da Direção e os Serviços de Administração Escolar.

A nível de infraestruturas desportivas, a escola dispõe também de um campo de jogos requalificado e de instalações desportivas de apoio – balneários e vestiários. Todas estas instalações estão equipadas para dar resposta às exigências dos conteúdos lecionados e à oferta formativa da escola.

Algumas salas de aula estão equipadas com computador ligado à *internet*, nem todas têm videoprojetor e poucas têm quadros interativos.

Em 5 de fevereiro de 2014, com a publicação da Portaria nº 30/ 2014, a designação da escola passou a ser Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso.

4.3.2 Escola Básica da Agrela e Vale do Leça (2º e 3º ciclos)



Iniciou o seu funcionamento no ano letivo de 2000/2001 com a designação da Escola E. B. 2, 3 de Agrela. Foi sede do extinto Agrupamento de Escolas D' Agrela e Vale do Leça desde 2003 até à sua agregação com a Escola Secundária de D. Dinis em abril de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2014, com a publicação da Portaria nº 30/ 2014, a sua designação foi alterada, passando a chamar-se Escola Básica 2º e 3º ciclos de Agrela e Vale do Leça. As suas instalações estão preparadas para receber até cerca de seiscentos e cinquenta alunos, distribuídos por vinte e duas turmas.

Possui catorze salas de aula, quatro laboratórios, uma sala de informática, uma sala de educação especial, quatro salas para Artes Visuais e Educação Tecnológica, uma sala de Educação Musical, um auditório com capacidade para noventa pessoas e uma biblioteca escolar (integrada na Rede de Bibliotecas Escolares).

Dispõe, ainda, de Serviços de Administração Escolar, de uma sala de trabalho para diretores de turma, uma sala de receção dos encarregados de educação, uma sala para os alunos, uma sala de professores e uma sala para os assistentes operacionais, um gabinete destinado aos serviços especializados de Psicologia e Orientação Vocacional e outro destinado à professora bibliotecária. A nível desportivo, tem um ginásio e uma sala de ginástica, dois balneários, uma arrecadação e um gabinete para os docentes de Educação Física. No espaço exterior, existe um amplo recinto para lazer e um campo de jogos, com balneários masculinos e femininos.

Todas as salas de aula estão equipadas com computador ligado à *internet*, videoprojetor e algumas com quadro interativo.

O abastecimento de água é feito através de uma cisterna que capta água a cento e vinte metros com um reservatório para abastecimento geral com uma capacidade de cerca de 18 mil litros.

4.3.3 Escola Básica de Arcozelo, Água Longa (Centro Escolar)



O Centro Escolar de Arcozelo, Água Longa, foi construído no ano letivo de 2009/2010, tendo sido inaugurado no dia 25 de abril de 2011. Teve como base o edifício escolar, já existente, do tipo Plano Centenário.

O edifício de dois pisos, de linhas arquitetónicas modernas, dispõe de: seis salas de aulas para o 1º ciclo e de duas para a educação pré-escolar; uma biblioteca (integrada na Rede de Bibliotecas Escolares); uma sala para a componente de apoio à família; uma sala multiusos; uma cantina e uma sala dos professores. Destaca-se que as salas de aulas do 1º ciclo têm computador, quadro interativo e ligação à *internet*.

No espaço exterior, existe um recinto arborizado para lazer, um parque infantil e um espaço coberto, frequentemente utilizado para a atividade física e desportiva.

4.3.4 Escola Básica de Campinhos, Agrela



O edifício escolar, do tipo Plano Centenário com algumas alterações, situa-se no centro da freguesia de Agrela, sendo constituído por: duas salas de aula para o 1º ciclo; uma sala para a educação pré-escolar; uma pequena biblioteca; sala de professores; polivalente e cantina. As salas de aulas do 1º ciclo têm computador. Na escola, existe um quadro interativo e ligação à *internet*.

O espaço exterior é amplo e arborizado, onde as crianças passam grande parte do tempo livre, havendo, igualmente, um espaço coberto.

4.3.5 Escola Básica de Cantim, Reguenga



A escola fica situada no lugar de Cantim, na freguesia de Reguenga e foi inaugurada no ano letivo de 2002/2003, tendo sofrido várias remodelações.

O edifício, do Plano Centenário, é composto por três salas de aula para o 1º ciclo e uma para a educação pré-escolar. Possui também cozinha, polivalente, onde funciona a cantina,

uma sala de professores e duas salas multiusos. As salas de aula têm computador e existe, na escola, um quadro interativo e ligação à *internet*. Há igualmente um amplo recreio, onde as crianças podem brincar livremente.

4.3.6 Escola Básica de S. José, Refojos de Riba de Ave



O estabelecimento educativo é do tipo Plano Centenário, comportando quatro salas, duas no rés-do-chão e duas no 1º andar. Uma das salas do rés-do-chão destina-se à educação pré-escolar e três ao 1º ciclo do Ensino Básico. A escola dispõe, ainda, de um polivalente onde se localizam as casas de banho, a cozinha e o refeitório. As salas de aula têm computador, existindo, na escola, um quadro interativo e ligação à *internet*.

Na parte frontal, existe o recreio das crianças e um espaço amplo em terra batida onde se realizam atividades desportivas. O espaço exterior lateral tem um parque infantil.

Os alunos que frequentam esta escola são provenientes dos vários lugares existentes na união de freguesias de Carreira e Refojos.

4.3.7 Escola Básica de Parada, Carreira



A Escola localiza-se na união de freguesias de Carreira e Refojos, mais propriamente no lugar de Parada. O edifício escolar, do tipo Plano Centenário, fica num dos extremos da freguesia. É composto por rés-do-chão e 1º andar, dispondo de quatro salas, sendo três delas destinadas ao 1º ciclo e uma à educação pré-escolar. Tem, também, uma sala de professores e cantina. As salas de aula têm computador, existindo, na escola, um quadro interativo e ligação à internet. O espaço exterior é arborizado e dispõe de um parque infantil.

4.3.8 Escola Básica de Igreja, Guimarei



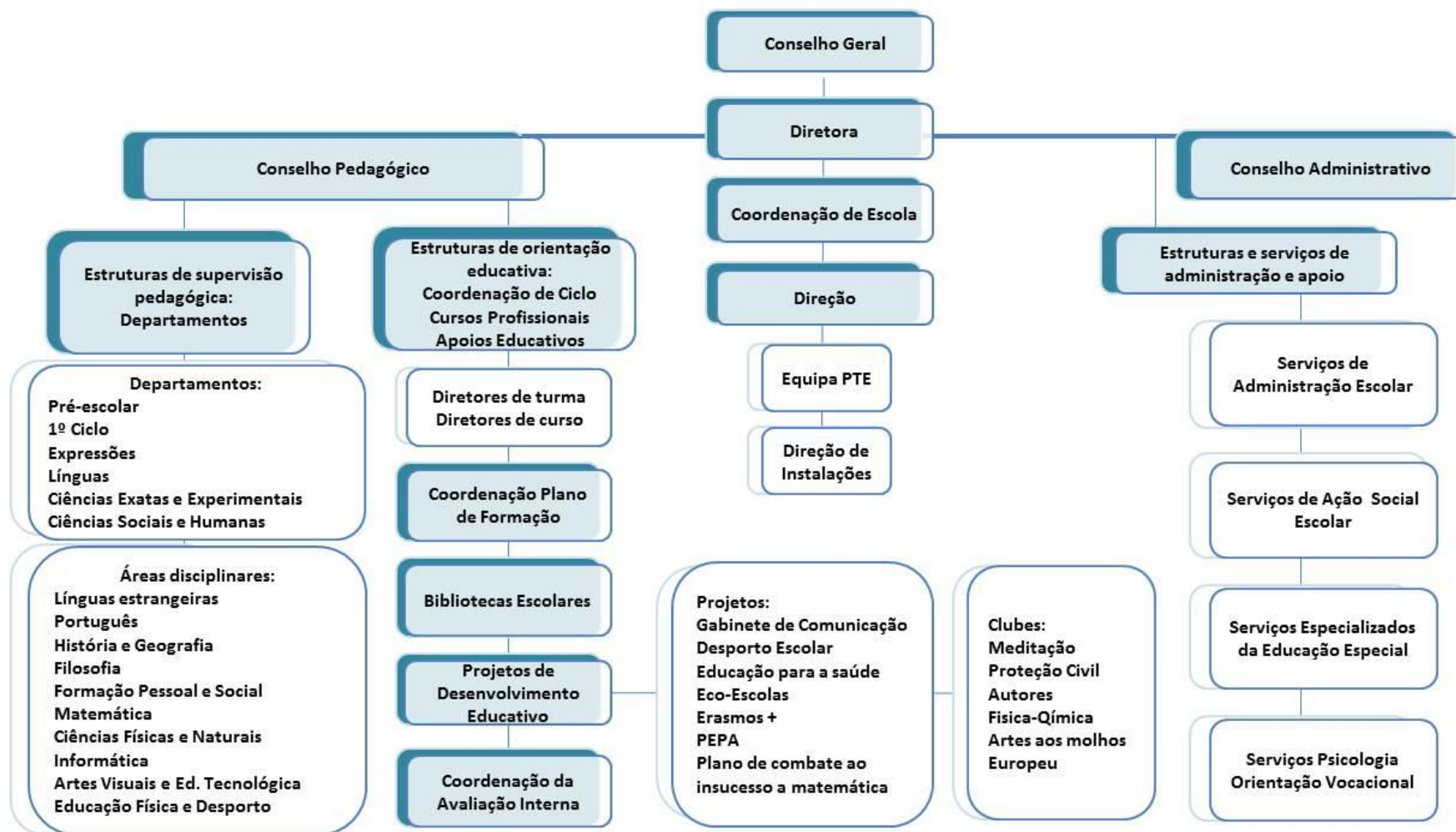
A escola localiza-se na união de freguesias de Lamelas e Guimarei, mais propriamente no lugar de Igreja. A Escola Primária de Guimarei funcionou, inicialmente, no edifício onde atualmente funciona a Sede da Junta de Freguesia, datado de 1902. A 19 de fevereiro de 1903 abria o concurso de provimento para o primeiro professor desta escola.

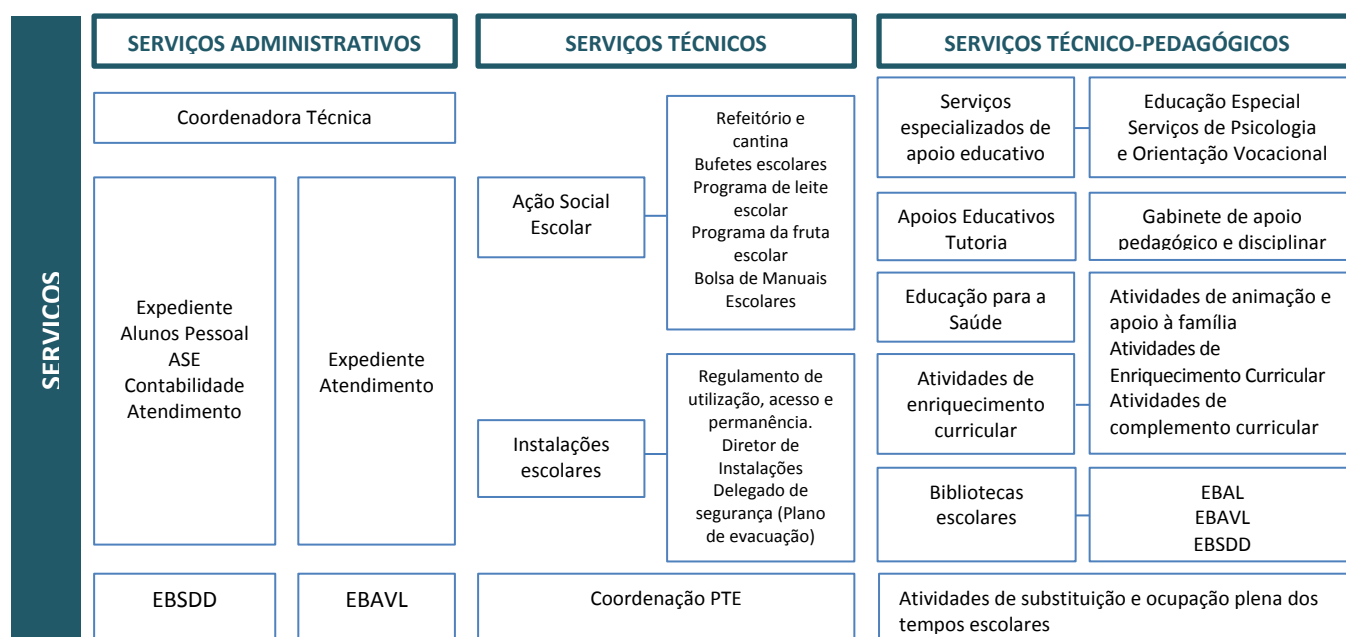
A 16 de maio de 1989, a Câmara Municipal de Santo Tirso entregou à Direção Escolar uma nova escola, designada por EB1 e JI da Costa, passando a ser designada por EB1 e JI da Igreja – Guimarei e, atualmente, por Escola Básica de Igreja, Guimarei.

O edifício da escola é do tipo P3. É um edifício recente e em bom estado de conservação. É constituído por duas salas, situadas no 1º andar, destinadas aos alunos do 1º ciclo, possuindo uma boa luminosidade natural e artificial. Tem ainda uma sala destinada à educação pré-escolar e uma sala multiusos que funciona como biblioteca. As salas de aula têm computador, existindo, na escola, um quadro interativo e ligação à *internet*.

No exterior, há um parque infantil e um amplo recreio onde se podem realizar várias atividades desportivas. Do edifício faz parte um polivalente coberto onde se servem as refeições, se fazem os recreios nos dias de mau tempo e se efetuam festas e convívios. Este espaço é também utilizado para as atividades de tempos livres destinadas aos alunos.

4.4 Organograma





4.5 Caracterização da comunidade escolar

As famílias dos alunos que frequentam o Agrupamento valorizam a importância da escola na educação dos seus filhos, e isso está bem patente nos contactos regulares que se estabelecem entre educadores/professores e a generalidade dos encarregados de educação. As oito Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento são bastante interventivas.

Os professores e os alunos envolvem-se fortemente na implementação de projetos enriquecedores para a aprendizagem e para a formação pessoal dos alunos.

Os alunos do ensino secundário têm elevadas expectativas relativamente ao ingresso no ensino superior. Em relação aos alunos do ensino profissional, apesar de alguns deles pretenderem prosseguir estudos no ensino superior, as expectativas da maioria incidem na sua integração no mercado de trabalho.

De um modo geral, os alunos são assíduos e pontuais. O abandono escolar e o absentismo não têm expressão no ensino básico e, são pouco significativos no ensino secundário e não tem um impacto muito relevante no Ensino Profissional.

Tendo em consideração a dimensão do Agrupamento, os problemas disciplinares são de reduzida expressão. No entanto, em contexto de sala de aula, a irrequietude e a dificuldade de concentração dos alunos são, e devem continuar a ser, uma preocupação dos educadores e professores, já que têm reflexo na qualidade das aprendizagens que, por causa das mesmas, ficam aquém das reais capacidades dos alunos.

4.5.1 Alunos [ano letivo 2015/2016]

ESCOLA	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS COM NEE	AÇÃO SOCIAL ESCOLAR		
				A	B	%
Escola Básica e Secundária D. Dinis	42	981	21	165	141	31,2
2º Ciclo	8	170	6			
3º Ciclo	11	271	6			
Vocacional (3º ciclo)	1	20	1			
Ensino Secundário – CCH	14	344	2			
Ensino Secundário - CP	8	176	6			
Escola Básica de Agrela e Vale do Leça	18	367	32	108	63	46,6
2º Ciclo	7	149	18			
3º Ciclo	11	218	14			
Escola Básica de Arcozelo, Água Longa	6	144	2	43	18	42,4
Educação Pré-escolar	2	48	0			
1º Ciclo	4	96	2			
Escola Básica de Campinhos, Agrela	3	69	2	21	11	46,4
Educação Pré-escolar	1	25	0			
1º Ciclo	2	44	2			
Escola Básica de Cantim, Reguenga	3	60	3	19	4	38,3
Educação Pré-escolar	1	20	3			
1º Ciclo	2	40	0			
Escola Básica de S. José, Refojos	3	48	2	16	10	54,2
Educação Pré-escolar	1	15	1			
1º Ciclo	2	33	1			
Escola Básica de Parada, Carreira	3	47	1	9	5	29,8
Educação Pré-escolar	1	20	1			
1º Ciclo	2	27	0			
Escola Básica de Igreja, Guimarei	3	70	1	20	3	32,9
Educação Pré-escolar	1	25	0			
1º Ciclo	2	45	1			
TOTAL	81	1786	64	401	255	36,7

4.5.2 Pessoal docente

O corpo docente é estável e possui habilitações profissionais e específicas para a docência, sendo de salientar, nos últimos anos, o aumento do número de professores com pós-graduações. No atual ano letivo, por via do Concurso Nacional de Professores de 2015, na Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, verificou-se uma movimentação de professores do quadro para outros agrupamentos. A Escola Básica e Secundária D. Dinis abriu, por ordem do Ministério da Educação, quadro para o 2º ciclo.

DEPARTAMENTO	DISCIPLINA/ÁREA DISCIPLINAR	GRUPO	QA	QZP	CONTRATADO
Departamento de Educação Pré-escolar		100	6	1	0
Departamento do 1º Ciclo		110	18	1	0
		120	0	0	1
Departamento de Ciências Sociais e Humanas	Português e Estudos Sociais / História	200	1	1	0
	História	400	6	0	0
	Filosofia	410	2	1	0
	Geografia	420	5	0	1
	Educação Moral Religiosa Católica	290	1	1	1
	Técnicos Especializados de Restauração	---	0	0	2
Departamento de Línguas	Português / Inglês	220	6	0	0
	Português	300	16	0	1
	Francês	320	1	0	0
	Inglês / Alemão	330	8	0	0
	Espanhol	350	0	0	1
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	Matemática e Ciências da Natureza	230	5	1	1
	Matemática	500	11	1	1
	Física e Química	510	8	2	0
	Biologia e Geologia	520	6	1	0
	Informática	550	6	0	0
Departamento de Expressões	Educação Visual/Tecnológica	240	3	1	0
	Educação Musical	250	2	0	0
	Artes Visuais	600	7	2	1

DEPARTAMENTO	DISCIPLINA/ÁREA DISCIPLINAR	GRUPO	QA	QZP	CONTRATADO
	Educação Física	260	1	1	0
	Educação Física	620	9	3	1
	Educação Especial	910	3	0	0
TOTAL			131	17	11

4.5.3 Pessoal Não Docente

O quadro de pessoal não docente do agrupamento é composto por doze assistentes técnicos, uma das quais nomeada como coordenadora técnica, e por cinquenta e oito assistentes operacionais, entre os quais há uma nomeação como encarregada operacional e cinco contratos a termo.

O Agrupamento dispõe, também, de uma técnica superior a tempo inteiro – psicóloga, contratada pelo Ministério da Educação, que dinamiza os Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional.

	EBSDD	EBAVL	EBA AL	EBC AG	EBC RG	EBSJ RF	EBP CA	EBI GU
Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional								
Técnica superior (Psicóloga)	1							
Serviços de Administração Escolar (SAE)								
Coordenadora Técnica	1	---	---	---	---	---	---	---
Assistentes técnicos	10	1	---	---	---	---	---	---
Assistentes operacionais								
Encarregada operacional	1							
Assistentes operacionais	38	13	2	1	1	1	1	1
Assistentes operacionais (CMST)	0	0	1	1	1	1	1	1
CEI (CMST)	0	1	1	1	1	0	0	1

5. Objetivos do Projeto Educativo

A definição dos objetivos gerais e estratégicos teve a sua génese em tudo o que foi anteriormente apresentado, incluindo na visão e na missão delineadas.

A natureza destes objetivos é ampla e global, sendo caracterizada pela sua abrangência e tendo como referência o prazo de vigência do projeto.

Na elaboração deste projeto pretende-se que, de forma explícita, esteja presente a intenção de promover o sucesso pessoal, educativo e profissional dos alunos; a formação contínua da população escolar e, como consequência, o contributo significativo que esperamos que o Agrupamento de Escolas D. Dinis possa ter na melhoria da qualificação da população da região onde se insere.

Formar cidadãos ativos, intervenientes, solidários e respeitadores dos princípios do estado de direito democrático é a grande finalidade.

Na formulação dos objetivos gerais e estratégicos, procurou-se que estes fossem passíveis de avaliação e exequíveis para que pudessem ser concretizados no período de tempo definido; que, com os recursos disponíveis, constituíssem um desafio para a comunidade; que fossem relevantes, cobrindo todas as áreas de atuação do Agrupamento e que apresentassem a devida consistência.

A operacionalização destes objetivos será feita através do Plano Plurianual e Anual de Atividades onde se enquadram os projetos/atividades que serão contributos fundamentais para a sua consecução.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
1. Melhorar o sucesso escolar e a qualidade das aprendizagens em todas as áreas do saber.	1.1 Melhorar o sucesso escolar.	• Diagnóstico, no início do ano letivo, do nível de conhecimento que cada criança/aluno apresenta nas várias áreas do currículo em todas as modalidades de ensino. • Caracterização socioeconómica do aluno/turma. • Recurso a meios complementares de apoio ao ensino – tutorias e professores acompanhantes para apoio a alunos em situação de dificuldades de integração e de aprendizagem. • Implementação do apoio educativo e das aulas de preparação para as provas finais/exames nacionais. • Sensibilização para a utilização da sala de estudo. • Promoção de projetos de inovação no ensino do Português, da Matemática e de todas as disciplinas do currículo. • Participação em projetos, criando formação atualizada e inovadora, promovendo o empreendedorismo. • Atividades de substituição para as ausências temporárias dos docentes e ocupação plena dos tempos escolares – Elaboração de um plano anual de atividades desenvolvidas por docentes. • Desenvolvimento e promoção de ações que contribuem para a consecução de respostas educativas diferenciadas e promotoras da inclusão educativa e social dos alunos com NEE.
	1.2 Combater o abandono escolar.	• Propor a abertura de ofertas educativas alternativas (ensino básico) que proporcionem aos alunos o prosseguimento dos estudos. • Propor a abertura de cursos profissionais (tendo em consideração as necessidades locais de emprego e os recursos humanos e físicos do Agrupamento) e, na ausência de autorização para abertura de cursos profissionais, propor ofertas educativas alternativas (ensino secundário).

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
	1.3 Melhorar a taxa de conclusão do ensino básico e secundário (CCH e CP).	• Sensibilização permanente em contexto de sala de aula e nas atividades desenvolvidas no Agrupamento para a importância da certificação escolar e da qualificação profissional aliada a esta. • Integração, de forma plena, dos alunos com Necessidades Educativas Especiais através de respostas educativas adequadas, tendo em vista a melhoria dos seus resultados e desempenho escolar.
	1.4 Apostar no prosseguimento de estudos no ensino superior por parte de um crescente número de alunos.	• Intervenção do Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional. • Dinamização da Feira das Profissões uma vez por ano. • Realização de palestras e seminários sobre temáticas relacionadas com a oferta de cursos superiores/profissões.
	1.5 Apostar na qualidade e rigor da via profissionalizante e inserção no mercado de trabalho.	• Contribuição para a integração dos alunos na vida ativa, estabelecendo parcerias com o sector empresarial e comercial da região (estágios), apresentando candidatura ao programa Erasmus + (estágios no estrangeiro após a conclusão dos cursos) e promovendo ações de formação relacionadas com as opções profissionais.
2. Educar para a cidadania, no respeito pelo homem e pelo ambiente, e promover a saúde, o desporto e a cultura.	2.1 Melhorar o comportamento e a disciplina das crianças/alunos.	• Publicitação do Regulamento Interno (RI). • Articulação com a família com vista ao cumprimento do RI. • Definição de normas/códigos de condutas e regras comuns no Agrupamento e nos docentes dos Conselhos de Turma. • Análise, em contexto de sala de aula, dos direitos e deveres dos alunos (RI e Estatuto do Aluno e Ética Escolar). • Definição de critérios de avaliação que contemplem os valores e atitudes manifestados pelos alunos.
	2.2 Promover a participação ativa e o desenvolvimento cívico das crianças/alunos.	• Implementação de projetos neste âmbito – Proteção Civil e Parlamento dos Jovens, Clube Europeu, entre outros. • Criar espaços de intervenção dos alunos através de práticas de consulta e corresponsabilização nas decisões que lhes dizem respeito – Assembleias de Delegados de Turma. • Reforço do papel da Associação de Estudantes. • Apoio para os projetos apresentados com interesse

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
		relevante para a formação dos alunos. • Garantir os meios necessários à segurança pessoal de todos os elementos da comunidade escolar e dos bens que constituem o património do Agrupamento. • Desenvolvimento de formas de educação para a diferença.
	2.3 Promover hábitos de vida saudáveis.	• Implementação de projetos neste âmbito – Educação para a Saúde, Escola Ativa, entre outros. • Incentivar a frequência do Gabinete de Apoio e Informação ao Jovem (GAIJ).
	2.4 Promover formas de solidariedade.	• Implementação de projetos neste âmbito, exemplos: “Projeto Energia com Vida” (Escolas solidárias) – Promove a ligação intergeracional entre a escola e a comunidade; “Ao Encontro...” - Ação de Solidariedade e de Partilha a favor de famílias desfavorecidas.
	2.5 Promover o gosto pela leitura, pelo conhecimento, pelas artes e pela prática desportiva.	• Intervenção das Bibliotecas Escolares do Agrupamento. • Implementação de projetos nacionais neste âmbito – Plano Nacional de Cinema, Plano Nacional da Leitura, Poesia Livre (CMST), entre outros. • Projeto do Desporto Escolar. • Dinamização de atividades de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo e de natureza cultural, desportiva, artística, científica e tecnológica – manutenção, renovação ou criação de clubes/projetos: Clube de Autores; Ateliê de Física e Química, Artes aos Molhos, entre outros). • Organização de conferências e <i>workshops</i>. • Realização de visitas de estudo.
	2.6 Promover o respeito pelo ambiente e sua sustentabilidade.	• Projetos no âmbito da Educação Ambiental – Eco-escolas.
3. Melhorar a eficácia do trabalho e criar uma cultura de autoavaliação.	3.1 Melhorar o planeamento e a articulação.	• Intensificar o trabalho colaborativo entre docentes. • Promover a articulação curricular entre a educação pré-escolar, os 1º, 2º e 3º ciclos. • Articular o ensino básico e o ensino secundário. • Desenvolver a articulação e a sequencialidade entre os

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
		diferentes níveis de educação/ensino. • Estabelecer um conjunto de metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem de forma a garantir o sucesso educativo dos alunos. • Elaboração de projetos e planos de trabalho que supram as dificuldades dos alunos. • Elaborar e implementar Programas Educativos que respondam à especificidade das necessidades de cada aluno com NEE, promovendo a sua autonomia e integração pessoal e pessoal. • Articular com todos os intervenientes que acompanham os alunos com NEE na definição das medidas educativas a implementar; na discriminação dos conteúdos, dos objetivos a atingir e das estratégias, recursos humanos e materiais a utilizar; assim como na aferição e definição do nível de participação de cada aluno nas atividades educativas da escola.
	3.2 Melhorar as práticas de ensino.	• Implementar a orientação e a supervisão pedagógica.
	3.3 Fomentar a autoavaliação e a melhoria da ação docente.	• Implementar a avaliação de desempenho docente. • Promover o trabalho da equipa de autoavaliação do Agrupamento.
4. Aprofundar a relação agrupamento / família / comunidade.	4.1 Valorizar o sucesso dos alunos.	• Promover o mérito. • Privilegiar, na atuação docente, a individualidade da criança/ aluno, proporcionando-lhe um espaço educativo em que se sinta acolhido, integrado e feliz. • Incentivar a criança/aluno a desenvolver as suas competências, dando o melhor de si próprio. • Intervir para a prevenção, redução ou supressão das problemáticas dos alunos com NEE, sejam elas do foro cognitivo, físico ou emocional e/ou a modificação dos ambientes de aprendizagem para que possam receber uma educação apropriada às suas capacidades e necessidades.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
		• Elaborar e implementar o PEI como instrumento fundamental da operacionalização e eficácia da adequação do processo de ensino e de aprendizagem, facilitando a progressão ao longo da escolaridade, permitindo aos alunos completar o ensino secundário com maiores níveis de sucesso.
	4.2 Informar e orientar os alunos e famílias para percursos educativos e profissionais.	• Orientação das crianças/alunos e famílias ao longo do percurso escolar. • Continuar a implementar práticas de orientação vocacional de forma a proporcionar as condições necessárias para que o aluno possa delinear, de forma cada vez mais clara e consciente, o seu trajeto pessoal perante a multiplicidade de perspetivas que lhe são oferecidas, no mundo atual.
	4.3 Implicar os encarregados de educação na vida da escola.	• Privilegiar o desenvolvimento de iniciativas que promovam a aproximação entre a escola e a comunidade. • Procurar uma maior responsabilização dos pais e Encarregados de Educação no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos. • Promover uma implicação e participação mais ativa e responsável, por parte dos encarregados de educação dos alunos com NEE, na concretização das medidas do PEI e na elaboração dos Planos Individuais de transição (PIT) de forma a ajustar expectativas, competências e ofertas existentes na comunidade.
	4.4 Reforçar a relação da escola com empresas, instituições e projetos de referência.	• Estabelecer protocolos com outras instituições, nacionais e internacionais, fomentando o estabelecimento de intercâmbios, acordos e parcerias com outras pessoas e organizações. • Estabelecer protocolos com instituições, empresas e entidades locais no âmbito do PIT a fim de promover a transição para a vida ativa/pós-escolar e para o exercício de uma atividade profissional, assim como promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção dos alunos com um currículo específico individual.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PLANOS DE AÇÃO
	4.5 Contribuir para a crescente modernização pedagógica e administrativa para melhorar o serviço prestado pelo Agrupamento à comunidade.	• Implementar e desenvolver meios técnicos e formas de comunicação que visem uma maior eficácia ao nível da circulação da informação interna e externa. • Flexibilizar e simplificar os procedimentos administrativos de suporte à ação pedagógica.

Objetivo 1 - Melhorar o sucesso escolar e a qualidade das aprendizagens em todas as áreas do saber

1.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
1.1	Melhorar o sucesso escolar.	Resultados decorrentes da avaliação diagnóstica sobre conhecimentos adquiridos pelos alunos anteriormente. Caracterização socioeconómica do aluno/turma. Taxas de sucesso do último triénio.	Os resultados da aplicação das fichas de avaliação diagnóstica servem de base para a elaboração das planificações didáticas e permite a definição mais adequada de estratégias com vista ao sucesso escolar dos alunos. Tratamento da informação obtida com a aplicação da ficha socioeconómica e divulgação junto dos docentes do conselho de turma ou outros organismos caso se tenham detetado aspetos que sejam inibidores de uma profícua aprendizagem ou integração no Agrupamento. Análise da definição de estratégias e meios para colmatar as eventuais situações detetadas. Articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e outras instituições de cariz social. As taxas de sucesso das diferentes disciplinas igualam ou superam a média do último triénio.	Análise: • dos resultados das fichas diagnósticas realizadas nas diferentes disciplinas; • da informação proveniente da aplicação das fichas socioeconómicas; • das pautas de avaliação; • dos relatórios das modalidades de apoio implementadas; • dos relatórios PFEB, ENEB e ENES; • dos relatórios elaborados pela administração central; • dos documentos de sinalização/referenciação das necessidades educativas de cada criança/aluno; • dos relatórios técnico-pedagógicos decorrentes das sinalizações/referenciações para a educação especial (medidas e orientações para o aluno elegível e não elegível); • dos relatórios circunstanciados; • das medidas educativas implementadas para os alunos com NEE, com dificuldades de aprendizagem; com capacidades excecionais e com situações problemáticas; • dos relatórios de avaliação dos PAPI, dos apoios da educação especial, das aulas de apoio e das aulas de apoio ao estudo.

		Alunos com dificuldades de aprendizagem, incluindo os alunos com Necessidades Educativas Especiais.	A taxa de sucesso de alunos com PAPI que progridem iguala ou supera a média do último triénio. A taxa de sucesso de alunos com apoios iguala ou supera a média do último triénio. A taxa de sucesso de alunos com medidas educativas ao abrigo do D.L. nº 3/2008 iguala ou supera a média do último triénio. Evolução do grau de funcionalidade dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI). Monitorização do seu desempenho, tendo em conta o seu funcionamento global, orientado para as áreas académica, socioemocional e pessoal. Atualização, no final de cada ciclo de ensino, do perfil de funcionalidade dos alunos com CEI.	
		Resultados do Agrupamento na avaliação interna. Resultados do Agrupamento em provas finais ou exames nacionais no último triénio.	A diferença positiva entre as taxas de sucesso do Agrupamento e as taxas obtidas nas provas finais/exames nacionais iguala ou supera a média das diferenças do último triénio. A diferença em valor absoluto entre a média das classificações internas de frequência e a média das provas finais ou exames nacionais é igual ou inferior à média das diferenças do último triénio.	
		Diferença entre as médias do Agrupamento e as médias nacionais na avaliação externa.	As médias alcançadas na avaliação externa dos alunos (provas finais/exames nacionais) são superiores às das médias nacionais.	
		Sucesso perfeito no último triénio. Médias das classificações das disciplinas no último triénio.	A taxa de transição/conclusão com sucesso perfeito é igual ou superior à média do último triénio. As médias das classificações das diferentes disciplinas são iguais ou superiores às médias do último triénio.	

1.2	Combater o abandono escolar.	Cumprimento da escolaridade obrigatória.	A taxa de abandono no ensino regular é inferior à média do último triénio. A taxa de abandono no ensino profissional é inferior à média do último triénio.	Análise: • das pautas de avaliação; • das iniciativas implementadas com o objetivo de ultrapassar as situações de abandono e desistência.
1.3	Melhorar a taxa de conclusão do ensino básico e secundário (CCH e CP).	Conclusão do ciclo de estudos. Conclusão do ciclo de estudos no tempo esperado. Conclusão do ciclo de estudos por parte dos alunos com NEE.	As taxas de transição/aprovação por ano de escolaridade são iguais ou superiores à média do último triénio. As taxas de conclusão do ciclo de estudo no tempo esperado são iguais ou superiores à média do último triénio. As taxas de conclusão do ciclo de estudos são iguais ou superiores à média do último triénio.	Análise: • dos PEI (revisões e reformulações), como instrumento dinâmico que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento de cada aluno.
1.4	Apostar no prosseguimento de estudos no ensino superior por parte de um crescente número de alunos.	Número de alunos que prosseguem os seus estudos no ensino superior no período de vigência do Projeto Educativo.	A percentagem de alunos que prosseguem os estudos no ensino superior é igual ou superior à verificada no final do ano letivo de 2014/2015.	Análise: • das estatísticas de entradas no ensino superior.
1.5	Apostar na qualidade e rigor da via profissionalizante e inserção no mercado de trabalho.	Médias das avaliações obtidas pelos alunos na FCT dos Cursos Profissionais e nas atividades vocacionais (prática simulada) dos Cursos Vocacionais. Relatórios dos acompanhantes de estágio.	A média das classificações obtidas na FCT é igual ou superior à obtida no último triénio. A média das classificações obtidas nas atividades vocacionais é positiva.	Análise: • das pautas de avaliação da FCT / atividades vocacionais. • número de candidatos ao projeto Erasmus+ (profissionalização no estrangeiro).

Objetivo 2 – Educar para a cidadania, no respeito pelo homem e pelo ambiente, e promover a saúde, o desporto e a cultura

2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
2.1	Melhorar o comportamento e a disciplina das crianças/alunos.	Regulamento interno. Estatuto do Aluno e Ética Escolar.	Número de procedimentos disciplinares por ciclo de ensino. Natureza das medidas corretivas e sancionatórias aplicadas. Tipologia das participações feitas pelos professores, assistentes operacionais, pais e alunos. Frequência das reincidências.	Análise: • das formas de publicitação e discussão do RI; • da existência, difusão e cumprimento de normas/código de conduta; • dos critérios de avaliação que contemplem as dimensões da (in)disciplina, da assiduidade e pontualidade; • das atas dos conselhos de docentes, de ano/turma; • dos registos dos PTT/DT.
2.2	Promover a participação ativa e o desenvolvimento cívico das crianças/alunos.	Sucessos coletivos e individuais. Responsabilidades concretas atribuídas aos alunos, no contexto escolar e fora deste, onde se verifique uma participação ativa, com qualidade, com regras, disciplina e valores de cidadania. Valorização das atitudes comportamentais positivas das crianças/alunos. Implementação das medidas previstas no plano de segurança das escolas do Agrupamento – resposta da comunidade escolar em questões de emergência – plano de evacuação. Manutenção da relação da escola com os meios de segurança pública, nomeadamente Escola Segura. Promoção de projetos que visem educar para aceitar a diferença (diagnóstico das	Prémios e menções atribuídos. Assembleias de delegados de turma realizadas. Número e tipo de atividades propostas e promovidas pelos alunos, incluindo pela Associação de Estudantes (integração no PAA do Agrupamento). Número de alunos envolvidos em atividades propostas por professores ou entidades externas. Número de atividades inseridas no Plano de Segurança das escolas do Agrupamento – cumprimentos dos objetivos das mesmas. Número e tipo de atividades desenvolvidas que visem a inclusão dos alunos na comunidade escolar (ações de sensibilização sobre o racismo, direitos humanos, educação especial, entre outras).	Análise: • do PAA; • de atas das reuniões; • dos planos específicos elaborados; • das iniciativas no âmbito da Cidadania; • das iniciativas no âmbito da Associação de Estudantes e das Assembleias de delegados de turma; • das relações estabelecidas com os agentes da Escola Segura.

2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		dificuldades sentidas e, no caso dos alunos oriundos de países estrangeiros, a nível da língua e cultura).	Plano individual de integração elaborado em cooperação com a família, no caso dos alunos estrangeiros. Resultados da implementação do programa de Português de Língua Não Materna.	
2.3	Promover hábitos de vida saudáveis.	Apoio aos projetos direcionados para o bem-estar e saúde da comunidade escolar: – Projeto de Educação para a Saúde. – Iniciativas ligadas à promoção do gosto pela atividade física e prática desportiva (Escola Ativa). Mobilização de recursos humanos internos ou externos (protocolos com o Centro de Saúde e Autarquia para rastreios de saúde, nomeadamente dentição, audição, visão, entre outros). Organização de palestras e ações de formação.	Difusão da informação e realização de atividades promotoras da saúde: – Alunos envolvidos; – Professores envolvidos; – Instituições envolvidas. Ações realizadas sobre Educação para a Saúde (SIDA/VIH, tabagismo, toxicodependência, adolescência, entre outras); Educação Sexual, Segurança na <i>Internet</i> e Literacia Financeira. Adesão a projetos em colaboração com o Centro de Saúde e Autarquia – PASSE, PRESSE, entre outras oportunidades. Organização de rastreios.	Análise: • das iniciativas no âmbito da: – Educação Sexual em meio escolar; – Alimentação e atividade física; – Prevenção de comportamentos aditivos e dependências; – Saúde mental – prevenção e violência em meio escolar; – Higiene e saúde oral; – Segurança infantil e doenças crónicas; • das planificações anuais de educação para a saúde/sexual do Plano de Grupo/Turma; • dos relatórios das atividades desenvolvidas neste âmbito.
2.4	Promover formas de solidariedade.	Iniciativas ligadas à promoção da solidariedade. Estabelecimentos de protocolos com instituições.	Atividades desenvolvidas: – Alunos envolvidos; – Professores envolvidos; – Instituições envolvidas. Protocolos estabelecidos e atividades desenvolvidas neste âmbito.	Análise: • dos relatórios das atividades desenvolvidas.

2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
2.5	Reforçar a atuação das escolas do Agrupamento como espaços culturais, informativos, formativos e comunitários, promovendo no aluno o gosto pela leitura, pelo conhecimento, pelas artes e pela prática desportiva.	Criação de uma identidade e cultura de Agrupamento: – iniciativas geradoras do sentido de pertença; – atividades dinamizadas nos espaços informais de aprendizagem potenciadoras de aquisição de conhecimento. Apoio à realização de iniciativas de desenvolvimento da literacia tecnológica. Perspetivação das bibliotecas escolares como espaços de desenvolvimento da literacia da informação e articulação curricular, nomeadamente através da disponibilização dos recursos das bibliotecas escolares para irem ao encontro dos planos curriculares de turma e aos projetos em curso no Agrupamento. Promoção do Desporto Escolar. Dinamização de clubes e ateliês.	Atividades desenvolvidas: – Alunos envolvidos; – Professores envolvidos. Plano de ação das bibliotecas escolares que contemple o desenvolvimento de competências de comunicação, leitura e literacia, incluindo a da informação. Tipo e número de atividades realizadas com vista a promoção da leitura e das literacias. Materiais produzidos pelas bibliotecas escolares. Manutenção dos grupos equipas do Desporto Escolar em modalidades diversificadas – número de alunos inscritos e resultados obtidos. Clubes e ateliês dinamizados – número de alunos inscritos. Projetos que visem o desenvolvimento da educação para os media. Promoção da imagem de competência e qualidade de serviços prestados.	Análise do tipo de: • atividades e projetos que estimulam e valorizam culturalmente o aluno a que o Agrupamento aderiu ou em que participa; • exposições e outras formas divulgação de trabalhos nas escolas e na comunidade educativa; • atividades desenvolvidas. Análise dos relatórios: • da coordenação das bibliotecas escolares; • da coordenação do Desporto Escolar; • dos responsáveis pela dinamização das atividades neste âmbito; • da coordenação das estruturas de supervisão pedagógica e orientação educativa.
2.6	Promover o respeito pelo ambiente e pela sua sustentabilidade.	Promoção de iniciativas potenciadoras de boas práticas ambientais. Apoio a projetos direcionados para a preservação do ambiente – Educação Ambiental (Eco-escolas).	Atividades desenvolvidas: – Alunos envolvidos; – Professores envolvidos. Plano de Ação do Projeto para a Educação Ambiental que contemple: recolha de resíduos potencialmente recicláveis; ações de sensibilização para disciplinar o consumo da água; desenvolvimento de uma estratégia de preservação dos espaços no exterior das escolas aliada à criação de uma consciência cívica “de que mais importante do que limpar é não sujar”, entre outras temáticas no âmbito da sustentabilidade do ambiente.	Análise do tipo de: • atividades desenvolvidas. Observação direta dos espaços escolares.

Objetivo 3 - Melhorar a eficácia do trabalho e criar uma cultura de autoavaliação

3.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
3.1	Melhorar o planeamento e a articulação.	Implementação dos novos programas das várias disciplinas e das metas curriculares. Criação de uma estrutura intermédia que vise a definição das prioridades e ações a desenvolver no plano da articulação curricular horizontal e vertical. Desenvolvimento de estratégias de gestão articulada de desenvolvimento curricular que permitam a sequencialidade das aprendizagens de forma progressiva, consistente e ordenada: – gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares; – articulação intra e interdepartamental na concretização das atividades; – articulação da prática letiva dos docentes da mesma escola e entre as escolas do Agrupamento; – planificação de atividades interdisciplinares; – identificação e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais. Promoção do trabalho colaborativo entre professores do Agrupamento: – articulação dos docentes (da mesma área disciplinar/grupo de recrutamento, da mesma turma, do mesmo ano) na mesma escola e entre as escolas do Agrupamento.	Reuniões entre coordenadores de departamentos e entre subcoordenadores de ano/área disciplinares, do Agrupamento. Reuniões da subcoordenação de ano e de áreas disciplinares/grupos de recrutamento (estudo do programa/metad, estudo científico e/ou didático de temas, planificação, produção de materiais, entre outras atividades a desenvolver). Definição, nas áreas disciplinares/grupos de recrutamento, dos conhecimentos essenciais a adquirir durante cada ciclo do ensino básico que permitam aos alunos obter as competências essenciais a um bom desempenho no ensino secundário. Reuniões nas escolas básicas JI-1º Ciclo. Reuniões realizadas pelo conselho de ano; área disciplinar e grupos de recrutamento. Planos de melhoria elaborados pelos departamentos/subcoordenação de ano e áreas disciplinares. Realização de testes comuns entre escolas e anos de escolaridade com periodicidade a definir pelo Conselho Pedagógico. Análise dos resultados obtidos pelos alunos na avaliação interna e externa. Reuniões de subcoordenação de ano e de área disciplinar/grupo de recrutamento inerentes ao processo de avaliação das crianças/alunos. Reuniões trimestrais de avaliação qualitativa dos grupos da educação pré-escolar. Reuniões semanais dos docentes que	Análise: • dos planos de trabalho a desenvolver pela subcoordenação de ano e áreas disciplinares/grupos de recrutamento com vista à atualização científica e didática, visando também a implementação dos novos programas e das metas curriculares; • das formas de articulação da implementação dos programas das várias disciplinas em cada unidade pedagógica e entre as diferentes escolas do Agrupamento; • dos Programas Educativos Individuais; • dos planos de melhoria a desenvolver, com enfoque na definição de objetivos, quer ao nível dos processos, quer ao nível dos resultados, e na definição de metas e critérios de avaliação propostos; • das formas de articulação entre os coordenadores dos departamentos, os coordenadores de ciclo, os educadores e professores titulares de turma e os animadores da CAF e monitores das AEC; • das formas de articulação entre os docentes titulares de grupo / turma / diretor de turma, pais e encarregados de educação, docentes de educação especial, Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional e outros

3.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Relativamente à coerência entre aprendizagem e avaliação, visa-se a uniformização de procedimentos relativos à avaliação das crianças/ alunos em cada uma das disciplinas/áreas curriculares. Relativamente à adequação das respostas educativas às crianças/alunos com NEE e com dificuldades de aprendizagem, ter-se-á em consideração o processo de sinalização/referenciação das necessidades educativas de cada criança/aluno.	integram os Serviços Especializados da Educação Especial. Trabalho colaborativo entre docentes da Educação Especial e os diretores de turma/ Conselhos de Turma. Articulação, no final de cada ciclo, visando a plena integração dos alunos com NEE no novo ciclo, através da: ➤ Atualização do seu perfil de funcionalidade, passando pela valorização das aquisições feitas e definindo os conteúdos, objetivos, procedimentos, atividades e estratégias mais adequadas a esse mesmo perfil; ➤ Articulação com todos os órgãos da comunidade educativa, promovendo a criação das condições necessárias à prática da articulação entre os diversos grupos docentes, para que o trabalho desenvolvido em sala de aula, possa ter continuidade pedagógica e funcional noutros contextos social e grupal; ➤ Articulação com outros serviços, nomeadamente SPO, saúde e segurança social, de modo a contribuir para o correto diagnóstico e avaliação socio médico-educativa e, deste modo, planear as medidas de intervenção mais adequadas. Revisão e reformulação regulares dos PEI, como instrumentos dinâmicos que se fundamentam numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento de cada aluno. Formação de equipas técnico-pedagógicas para análise dos processos de referenciação e avaliação dos alunos referenciados para a educação especial.	técnicos com quem o Agrupamento tenha protocolos; • das planificações disciplinares; • dos planos de grupo/turma; • das atas das reuniões; • das iniciativas com vista à integração orientada dos alunos noutros ciclos/níveis/percursos de ensino/currículos específicos; • da definição de critérios de avaliação; • da definição de critérios gerais de classificação das fichas de avaliação; • da elaboração de matrizes comuns para os instrumentos de avaliação; • dos materiais e recursos didático-pedagógicos selecionados/produzidos no âmbito da articulação curricular, incluindo instrumentos de avaliação; • da reflexão elaborada sobre as práticas de ensino decorrentes da avaliação dos alunos; • das formas de coordenação pedagógica e trabalho colaborativo para a definição de estratégias de diferenciação pedagógica e partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes; • das ações específicas para a integração dos docentes colocados pela primeira vez no Agrupamento.

3.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
3.2	Melhorar as práticas de ensino.	Incentivo à melhoria dos desempenhos: – Práticas de acompanhamento e supervisão; – Apoio à criação de modalidades de formação com o objetivo de atualizar e qualificar o pessoal docente. – Organização de formação e ações de sensibilização interna, no âmbito da Educação Especial, com impacto positivo na melhoria da prática pedagógica.	Plano de Formação do Agrupamento que contemple formação específicas sobre didática/metodologias de ensino e que vá ao encontro das necessidades de formação do pessoal docente (centro de formação de professores Sebastião da Gama, protocolos com instituições de ensino superior e associações profissionais). Identificação dos recursos humanos do Agrupamento que possam assegurar a formação. Número de professores envolvidos em ações de formação que visem o desenvolvimento do seu desempenho profissional. Número de intervenções em atividades de supervisão pedagógica por parte dos coordenadores de departamento, subcoordenadores e diretores de turma. Reuniões efetuadas para o efeito. Coadjuvações realizadas. <i>Manual de Apoio</i> à prática em educação especial e sessões de esclarecimento.	Análise: • da formação realizada pelos docentes; • da supervisão realizada; • da coerência do planeamento da atividade letiva de cada professor com as orientações da área disciplinar/grupo de recrutamento e do departamento curricular; • da implementação de medidas específicas de acompanhamento do desempenho profissional nos docentes que revelem dificuldades na prática letiva. • através de inquérito sobre o grau de esclarecimento do <i>Manual de Apoio à Prática em Educação Especial</i> e sobre a necessidade de sessões de esclarecimento.
3.3	Fomentar a autoavaliação e a melhoria da ação docente.	Implementação de práticas de autoavaliação. Desenvolvimento de ações de avaliação interna através da equipa de autoavaliação (desenvolvimento de instrumentos de avaliação) e participação em projetos de avaliação externa.	Resultados apresentados pela equipa de autoavaliação – Planos de melhoria.	Análise: • da identificação de pontos fortes e fracos, da definição de prioridades, da elaboração e da implementação de planos de melhoria; • da utilização dos resultados da avaliação interna e externa na elaboração de planos de melhoria; • dos efeitos da autoavaliação no planeamento, na gestão das atividades, na organização e nas práticas profissionais.

Objetivo 4 - Aprofundar a relação escola/família/comunidade

4.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
4.1	Valorizar o sucesso das crianças/alunos.	Impacto das aprendizagens nos alunos, nas famílias, nos professores e noutros membros da comunidade. Manutenção dos quadros de excelência e de mérito. Realização de eventos com o objetivo de reconhecer o mérito dos alunos. Atribuição de prémios escolares.	Tipo e número de atividades realizadas. Índices de participação das famílias nos eventos realizados. Número de alunos que se encontram nos quadros de excelência e de mérito. Número de alunos premiados e tipo de prémios atribuídos. Acompanhamento do percurso dos alunos pós-formação.	Análise: • das iniciativas relacionadas com a atribuição de prémios de mérito e de excelência; • das iniciativas destinadas a divulgar publicamente os alunos que se destacam pelos êxitos obtidos em concursos e projetos; • dos dados recolhidos no acompanhamento do percurso pós-formação dos alunos.
4.2	Informar alunos / famílias sobre percursos educativos e profissionais e orientá-los, tendo em consideração o conhecimento do desempenho dos alunos.	Oferta educativa / formativa que vá ao encontro dos interesses dos alunos. Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional / Gabinete de Apoio ao Aluno – Psicóloga colocada pelo Ministério de Educação e outra com protocolo com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBSDD.	Tipo de oferta educativa (número e tipo de cursos e evolução do número de candidaturas) Proveniência dos alunos que frequentam os cursos profissionais. Definição de um programa de orientação vocacional dirigido aos alunos do Agrupamento. Taxa de alunos que participam nas diferentes etapas do processo de orientação vocacional. Organização de iniciativas que aproximem o Agrupamento do mundo empresarial.	Análise: • das iniciativas com o objetivo de diagnosticar e aumentar as expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade local; • do funcionamento dos Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional e articulação com os diretores de turma; • dos critérios determinantes na definição da oferta educativa; • das iniciativas com vista à orientação dos alunos e famílias nas opções a tomar.
4.3	Implicar os encarregados de educação na vida das escolas do Agrupamento.	Participação das famílias nas atividades e iniciativas promovidas pela escola. Promoção da participação dos pais e encarregados de educação na vida das	Atividades dinamizadas pelo Agrupamento dirigidas aos pais e encarregados de educação e à família dos alunos. Número de presenças dos encarregados de	Análise: • do tipo de iniciativas promovidas pela Associação de Pais e pelos encarregados de

4.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		escolas através do desenvolvimento de ações de interação com as famílias / pais e encarregados de educação; Estabelecimento de contactos com os encarregados de educação, privilegiando as relações do diretor de turma com os respetivos alunos / famílias, contribuindo para a manutenção de um clima sadio. Desenvolvimento de estratégias de apoio aos pais e encarregados de educação no apoio escolar aos seus educandos Promoção, junto dos encarregados de educação, da necessidade de uma formação ao longo da vida (criação de diversos espaços de formação, reflexão, debate e fruição cultural).	educação nas reuniões com os diretores de turma. Número de encarregados de educação que contactam o diretor de turma na hora de atendimento.	educação. • das iniciativas do Agrupamento que envolvem a participação dos pais e encarregados de educação. • da taxa de encarregados de educação presentes em atividades realizadas nas escolas. • do número de encarregados de educação envolvidos no processo de orientação vocacional promovido pelos Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional.
4.4	Reforçar a relação da escola com empresas, instituições e promover a participação em projetos de referência.	Cooperação com o poder local e com as forças económicas, culturais da região. Estabelecimento de protocolos e parcerias com organizações da comunidade. Candidatura ao projeto Erasmus+ no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho no estrangeiro para os alunos dos Cursos Profissionais. Candidatura ao projeto Erasmus+ no estabelecimento de intercâmbios. Participação do Agrupamento em projetos de referência que proporcionem aos alunos experiências de aprendizagem únicas e culturalmente enriquecedoras.	Atividades desenvolvidas com empresas, instituições e projetos dinamizados: – Alunos envolvidos; – Professores envolvidos; – Famílias envolvidas. Número de alunos que se candidatam para a realização da FCT no estrangeiro. Número de intercâmbios realizados.	Análise: • dos protocolos; • dos relatórios da FCT, realizada no estrangeiro; • dos projetos; • do envolvimento dos diversos intervenientes.

4.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	REFERENTES A TER EM CONTA NA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE DO GRAU DE CONSECUÇÃO DO OBJETIVO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
4.5	Contribuir para a crescente modernização pedagógica e administrativa a fim de melhorar o serviço prestado pelo Agrupamento à comunidade.	Promoção e intensificação ao uso de meios de comunicação para promover a eficácia no contacto com o cidadão. Implementação de meios facilitadores da comunicação entre a escola e os encarregados de educação; Melhoria, modernização e simplificação do atendimento, recorrendo a meios tecnológicos inovadores. Melhoria da eficiência de serviços dentro da escola. Melhoria dos circuitos e suportes de comunicação e informação, quer a nível interno, quer a nível externo. Melhoria dos dispositivos de informação sobre do processo de ensino / aprendizagem dos alunos a partir de critérios de acessibilidade e utilidade para os alunos, pais e encarregados de educação.	Disponibilização da informação, sempre que viável, em tempo real. Generalização da utilização de caixas de sugestões e <i>email</i> para apresentação de propostas que visem a melhoria dos serviços. Proceder a avaliações sistemáticas e periódicas do funcionamento dos serviços; Monitorização dos atuais canais e suportes de comunicação interna e avaliação da sua eficácia. Criação de instrumentos de comunicação que permitam auscultar a comunidade educativa, facilitar e incrementar a sua participação na vida do Agrupamento. Oferta de modalidades de ensino à distância e outras plataformas (ex. plataforma Moodle, Office 365).	Análise: • das avaliações do funcionamento dos serviços; • das sugestões recebidas; • da utilização das novas formas de comunicação/informação implementadas.

6. Educação sexual

A operacionalização dos conteúdos de Educação Sexual será definida anualmente pelo Conselho Pedagógico, nos termos da legislação em vigor, sendo parte integrante do plano de atividades da turma e, por consequência, do Plano Anual de Atividades.

7. Constituição de turmas

Na constituição das turmas deve prevalecer critérios de natureza pedagógica, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras da legislação em vigor.

Na constituição das turmas deve ser respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, perante situações pertinentes, e após ouvir o Conselho Pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e o combate ao abandono escolar.

Na formação de turmas, deverão continuar a ser aplicados critérios de natureza pedagógica que possibilitem um clima favorável para o ensino e aprendizagem dos alunos, rentabilizando, deste modo, os recursos humanos e as instalações existentes, tendo em consideração os pressupostos legais. Os critérios específicos de constituição de turmas farão parte integrante do plano de estudos e desenvolvimento curricular.

8. Implementação, divulgação e avaliação do Projeto Educativo

No âmbito do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, que define o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, é da competência do Conselho Geral (artº 13º, alínea c), aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo de Escola. A sua revisão é também da responsabilidade do Conselho Geral da Escola, sendo a sua vigência de três anos, sem prejuízo de alterações que, decorrentes da Lei, venha a haver necessidade de realizar no decurso desse período.

A divulgação deste Projeto será feita através da sua disponibilização na página da Internet da escola e da plataforma Moodle do Agrupamento. Estará ainda disponível, na sua versão integral, num dossiê, no Centro de Recursos Educativos (CRE).

O Projeto Educativo terá dois momentos de avaliação:

- Avaliação Intermédia – anual, sob a forma de um relatório a produzir até ao final de outubro e que se reporta ao ano letivo anterior;
- Avaliação Final – quadrienal, sob a forma de relatório final a produzir até ao final de maio e que se reporta ao último ano do quadriénio.

Cabe à equipa da Comissão de Avaliação, criada no âmbito do Conselho Pedagógico, assegurar todo o processo de elaboração dos referidos relatórios que serão analisados pelos órgãos competentes.

Todos os objetivos estratégicos e planos de ação serão passíveis de revisão em função das necessidades da comunidade educativa. Os responsáveis pelos planos devem apresentar, no final de cada ano letivo, um relatório síntese do cumprimento de objetivos.

A avaliação do Projeto Educativo será um processo contínuo, globalizante e mobilizador de toda a comunidade escolar, tendo em vista garantir a sua eficiente consecução no quadro dos princípios e dos objetivos definidos. Deverá ser concretizada de forma a permitir a articulação dos mecanismos avaliadores gerais, consagrados na legislação com o processo interno de autoavaliação.

Compete ao Conselho Pedagógico definir a equipa de avaliação do Projeto Educativo. Esta equipa integrará no todo, ou em parte, a equipa de autoavaliação do Agrupamento.

O Conselho Pedagógico definirá, até ao fim de setembro de 2016, o que vai ser avaliado e qual a finalidade da avaliação, bem como o respetivo calendário.

A avaliação do Projeto Educativo é, privilegiadamente, feita pela equipa de autoavaliação, devendo esta materializar-se em duas dimensões distintas, mas complementares, considerando fatores como o contexto sociocultural da escola, os processos implementados e os resultados.

Apesar de o grupo de docentes desta equipa estar particularmente atento ao Projeto Educativo nas várias dimensões em que a sua aplicação ocorre, toda a comunidade educativa é convidada a pronunciar-se sobre o mesmo e sobre as várias atividades que se vão realizando e sobre os projetos que serão implementados. É, assim, em estreita proximidade com todos os agentes educativos que a equipa de autoavaliação trabalhará, transformando a avaliação num processo e numa estratégia orientada para a melhoria da escola, estando todas as prioridades e opções do Projeto Educativo passíveis de revisão em função das necessidades e interesses da comunidade educativa e da pertinência dos objetivos a concretizar.

As propostas de alteração e/ou reformulação poderão ser apresentadas pelos professores, em reuniões de departamento, pelos alunos através dos delegados de turma em reuniões com o Diretor, por assistentes técnicos e operacionais e pela Associação de Pais e

Encarregados de Educação e, seguidamente, serão apresentadas em Conselho Pedagógico para, posteriormente, serem aprovadas em Conselho Geral.

Aprovado em reunião do Conselho Geral realizada no dia 28 de julho de 2016.

9. Bibliografia

- Censos 2011, disponível em <http://www.cm-stirso.pt> [data da consulta: 02/11/2015].
- Decreto nº 20742/1932, de 11 de janeiro. Diário do Governo. Ministério de Educação. Lisboa.
- Decreto nº 25817/1935, de 4 de setembro. Diário do Governo. Ministério de Educação. Lisboa.
- Decreto nº 39700/1954, de 18 de junho. Diário do Governo. Ministério de Educação. Lisboa.
- Despacho nº 100/79, de 14 de setembro. Diário da República. Ministério de Educação. Lisboa.
- Portaria nº 550C/2004, de 21 de maio. Diário da República nº 119 – I Série B. Ministério da Educação. Lisboa.
- Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de julho. Diário da República nº 175 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa.
- Despacho nº 19088/2009, de 18 de agosto. Diário da República nº 159 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril. Diário da República nº 79 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho. Diário da República nº 126 – I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro. Diário da República nº 4 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.
- Concurso urgente nº 12/2015, de 19 de janeiro. Diário da República nº 12 – II Série. Parque Escolar EPE. Lisboa.
- Portaria nº 30/2014, de 5 de fevereiro. Diário da República nº 25 – I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho. Diário da República n.º 129 – I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.
- Nascimento, A. (2007), *Memória da Escola Secundária de D. Dinis, Santo Tirso ou do ensino liceal, em Santo Tirso*. Santo Tirso: Câmara Municipal.
- Williams, K. (2009). *Gestão Estratégica*, Porto: Civilização Editores.

10. Legenda

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular.

AEDD – Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso.

CAF – Componente de Apoio à Família.

CCH – Curso Científico- humanístico.

CEI – Currículo Específico Individual.

CMST – Câmara Municipal de Santo Tirso.

CP – Curso Profissional.

DT – Diretor de Turma.

EBAVL – Escola Básica da Agrela e Vale do Leça.

EBA AL – Escola Básica de Arcozelo, Água Longa.

EBC AG – Escola Básica de Campinhos, Agrela.

EBC RG – Escola Básica de Cantim, Reguenga.

EBI GU – Escola Básica de Igreja, Guimarei.

EBP CA – Escola Básica de Parada, Carreira.

EBSDD – Escola Básica e Secundária D. Dinis.

EBSJ RF – Escola Básica de S. José, Refojos.

ENEB – Exames Nacionais do Ensino Básico.

ENES – Exames Nacionais do Ensino Secundário.

FCT – Formação em Contexto de Trabalho.

GAIJ – Gabinete de Apoio e Informação ao Jovem.

GR – Grupo de Recrutamento.

JI – Jardim de Infância.

NEE – Necessidades Educativas Especiais.

PAA – Plano Anual de Atividades.

PAPI – Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual.

PASSE – Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar.

PEI – Programa Educativo Individual.

PEPA – Projeto Escolas Piloto de Alemão.

PFEB – Provas Finais do Ensino Básico.

PIT – Plano Individual de Transição.

PRESSE – Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar.

PTT – Professor Titular de Turma.

PTG – Professor Titular de Grupo.

QA – Quadro do Agrupamento.

QZP – Quadro de Zona Pedagógica.

RI – Regulamento Interno.

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação.